

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 20 de junho de 2024 • Nº 1827 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

SENADO

CCJ aprova instalação de cassinos no Brasil

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, por 14 votos a 12, o projeto de lei que legaliza os jogos de azar no Brasil. O texto segue, agora, para análise no plenário da Casa. Não há previsão de quando isso acon-

tecerá. O texto do relator permite a instalação de cassinos em polos turísticos e legaliza o jogo do bicho. O relator, senador Irajá (PSD-TO), argumenta que os jogos de azar já são uma realidade no Brasil e a regulamentação poderá

significar mais dinheiro nos cofres públicos e a possibilidade de investimentos privados com a construção de cassinos. Na estimativa no senador, os jogos de azar movimentaram de R\$ 14 bilhões a R\$ 31 bilhões em 2023. **PÁGINA 5**

SENADO

Comissão aprova projeto de lei do Novo Ensino Médio

O projeto de lei que estabelece o novo ensino médio do Brasil, que propõe mudanças na carga horária e no currículo de milhões de estudantes do País, foi aprovado pela Comissão de Educação do Senado, em reunião extraordinária realizada ontem. A proposta é um substitutivo apresentado pela relatora do projeto, a senadora Professora Dorinha Seabra (União-TO), ao texto de autoria do Poder Executivo (5.230/2023). Após conversas com o ministro da Educação, Camilo Santana, Dorinha Seabra retomou proposta relacionada à carga horária da formação básica, um dos pontos mais controversos do texto. Agora, o projeto será avaliado, com pedido de urgência, pelo plenário do Senado. Sobre a carga horária do novo ensino médio, o projeto substitutivo aprovado na Comissão de Educação do Senado prevê que: **PÁGINA 5**

JUROS

Por unanimidade, Copom decide manter taxa Selic em 10,5% ao ano

A alta recente do dólar e o aumento das incertezas econômicas fizeram o Banco Central (BC) interromper o corte de juros iniciado há quase um ano. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a taxa Selic, juros básicos da economia, em 10,5% ao ano. A decisão era esperada pelos analistas financeiros. A manu-

tenção ocorre após o Copom reduzir a Selic por sete vezes seguidas. Na última reunião, em maio, a velocidade dos cortes diminuiu. De agosto do ano passado até março deste ano, o Copom tinha reduzido os juros básicos em 0,5 ponto percentual a cada reunião. Em maio, a taxa tinha sido cortada em 0,25 ponto percentual. **PÁGINA 2**

BRT

Rio assina contratos com União para obras



FERNANDO FRAZÃO/ABRASIL

A prefeitura do Rio de Janeiro assinou ontem dois contratos de financiamento com o Banco do Brasil e com a Caixa para a execução de obras de infraestrutura urbana e compra de ônibus para o sistema BRT da capital. Os acordos foram firmados pelo prefeito Eduardo Paes, na presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Do

acordo com o Banco do Brasil, a operação de R\$ 950 milhões será voltada para investimentos em obras de infraestrutura urbana como pavimentação, macrodrenagem, saneamento, sistema viário e urbanização, com destaque para os programas Bairro Maravilha e Morar Carioca. **PÁGINA 6**

STF

Gilmar para julgamento sobre reforma da Previdência

PÁGINA 3

SÃO PAULO

Hospitais terão de provar que cumprem decisão do STF

PÁGINA 4

PETROBRAS



FERNANDO FRAZÃO/ABRASIL

Em posse, Magda diz que Petróleo financiará transição energética

Em cerimônia de posse realizada ontem, a nova presidente da Petrobras, Magda Chambriard (foto), deu grande destaque ao tema de transição energética em seu discurso. No evento, com a presença do presidente Lula, membros do governo federal e por lideranças dos trabalhadores, ela manifestou compromisso com a redução progressiva das emissões de carbono e com a meta de zerá-las até 2050. Magda, que na prática exerce o cargo desde o fim de maio, reiterou posições que já havia anunciado em sua primeira coletiva de imprensa dias após assumir a função. **PÁGINA 3**

INDICADORES

IBOVESPA: 0,53% / 120.261,34 / 630,90 / Volume: R\$ 14.247.016.967 / Negócios: 3.102.972			Bolsas no mundo			Salário mínimo	R\$ 1.412,00	IGP-M	0,89% (mai.)	EURO turismo	Compra: 5,9150	Venda: 6,0950								
Majores Altas			Majores Baixas			Mais Negociadas			Fechamento			Ufir	0,46% (mai.)	DÓLAR Ptax - BC	Compra: 5,4647	+1,06%				
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Dow Jones	38.834,86	+0,15	Taxa Selic	10,50%	(08/05)	10,40%	DÓLAR comercial	Compra: 5,4411	Venda: 5,4417		
BRF SA ON NM	20,02	+4,33	+0,83	AZUL PN N2	8,06	-4,62	-0,39	PETROBRAS PN EDJ N2	35,93	+0,08	+0,03	NASDAQ Composite	17.862,232	+0,03	TR	(20/06)	0,0911%	BM&F/grama	R\$ 408,51	
YDUQS PART ON NM	11,09	+4,33	+0,46	SID NACIONALON	12,75	-1,85	-0,24	VALE ON NM	60,85	+0,31	+0,19	CAC 40	7.570,2	-0,77	Poupança	(20/06)	0,5916%	EURO Comercial	Compra: 5,8461	Venda: 5,8567
MARFRIG ON NM	10,88	+3,03	+0,32	ASSAI ON NM	11,050	-1,07	-0,120	BRADESCO PN EJ N1	12,44	+0,48	+0,06	FTSE 100	8.205,11	+0,17				DÓLAR turismo	Compra: 5,4793	Venda: 5,6593
MINERVA ON NM	6,47	+2,86	+0,18	CVC BRASIL ON NM	1,89	-1,05	-0,02	ITAUUNIBANCPN N1	32,13	+0,78	+0,25	DAX	18.067,91	-0,31						
SAO MARTINHOON NM	31,76	+2,92	+0,90	EQUATORIAL ON NM	28,95	-0,92	-0,27	B3 ON EDJ NM	10,46	-0,68	-0,07	Ftse Mib	33.220,31	-0,29						

MERCADOS



Bovespa sobe 0,5% e retoma 120 mil pontos, antes do Copom

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A espera do Copom no período da noite desta quarta-feira, e com liquidez muito reduzida pelo feriado em Nova York, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) se mantinha em margem acomodada até o meio da tarde, mas ganhou ímpeto que o reconduziu aos 120 mil pontos, na máxima do dia como também no fechamento - movimento duplo que o índice havia ensaiado, sem efetivá-lo no encerramento, em três das quatro sessões anteriores.

Ontem, o Índice Bovespa (Ibovespa) subiu 0,53%, aos 120.261,34 pontos, entre 118.960,37 (-0,56%) e 120.383,33 (+0,63%) na sessão, em que saiu de abertura aos 119.630,44 pontos. Na semana, o Ibovespa passa nesta quarta ao positivo (+0,50%), ainda cedendo 1,50% no mês e 10,38% no ano. O giro desta quarta-feira ficou em apenas R\$ 14,2 bilhões.

De certa forma, o Ibovespa suavizou o padrão lateralizado que vinha prevalecendo após a queda de 1,4% da quarta-feira passada, não conseguindo deixar, até o fechamento de desta quarta, a

linha de 119 mil pontos a que havia sido lançado então, entre perdas e ganhos moderados a cada sessão.

Do meio para o fim da tarde, o Ibovespa passou a renovar máximas da sessão, firmando-se aos 120 mil pontos em direção ao fechamento, contando com o apoio de nomes do setor metálico, como Vale (ON +0,31%) e Gerdau (PN +1,47%), assim como do setor financeiro, como Itaú (PN +0,78%) e Banco do Brasil (ON +0,73%). Na ponta ganhadora do Ibovespa, destaca-se para Yduqs (+4,33%), BRF (também +4,33%), Marfrig (+3,03%), São Martinho (+2,92%) e Minerva (+2,86%). No lado oposto, Azul (-4,62%) CSN (-1,85%), Assaí (-1,07%) e CVC (-1,05%).

DÓLAR

Após tocar o nível de R\$ 5,48 no início da tarde, o dólar à vista desacelerou bastante o ritmo de alta na última hora de negociação e encerrou a sessão de ontem, cotado a R\$ 5,4418, avanço de 0,14%. Foi o quarto pregão seguido de valorização da moeda americana, que já acumula ganhos de 1,11% na semana e de 3,64% em junho.

BANCO CENTRAL

IPCA 2025 é de 3,1% em cenário alternativo a taxa Selic

CÍCERO COTRIM/AE

O Comitê de Política Monetária (Copom) voltou a apresentar um "cenário alternativo" de inflação, com a taxa Selic constante, pela primeira vez desde maio de 2023. No comunicado ontem, o colegiado informou que, sem novos cortes de juros, prevê que o IPCA ficaria em 3,1% no ano que vem, o horizonte relevante da política monetária.

A taxa prevista ainda supera o centro da meta, de 3%, mas está 0,3 ponto porcentual abaixo da projeção oficial do BC para o ano que vem, de 3,4%. No cenário re-

ferência, a autoridade monetária usa a trajetória de Selic embutida no relatório Focus, que consideraria juros em 10,5% no fim deste ano e em 9,5% no fim de 2025.

Ontem, os diretores do Copom decidiram, por unanimidade, manter a taxa Selic em 10,5% e anunciar uma "interrupção" no ciclo de cortes. Em maio de 2023 - a última vez em que um cenário alternativo com juros estáveis foi apresentado em um comunicado -, a taxa Selic ainda estava em 13,75%, seu pico recente. O BC parou de apresentar essa variante já na reunião seguinte, de junho.

ELETRONUCLEAR

Angra 3 poderá ser entregue em 2030

RENAN MONTEIRO/AE

O presidente da Eletronuclear, Raul Lycurgo, defendeu o direcionamento do Brasil como futuro exportador de energia nuclear e afirmou que a usina de Angra 3 poderá ser entregue no segundo semestre de 2030.

A Eletronuclear aguarda a finalização de estudos em curso pelo BNDES sobre a viabilidade técnica da continuidade do projeto. O resultado de tais estudos será analisado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e pelo Ministério de Minas e Energia (MME). A outra instância de decisão é o Conselho Nacional de

Política Energética (CNPE).

"Nós temos a oportunidade de ser porto seguro para investir no combustível nuclear e exportar combustível nuclear. Estamos trabalhando da maneira mais árdua possível com esse objetivo, de ter o estudo do BNDES aprovado pelo CNPE e a gente deslançar e tirar Angra 3 do papel", declarou o presidente.

Lycurgo participou de audiência pública na Câmara dos Deputados, sobre o papel da energia nuclear na transição energética. Ele diz que 99% do estudo do BNDES está pronto. No documento terá, por exemplo, a previsão de tarifa da usina.

SELIC

Copom interrompe cortes e mantém juros em 10,5%

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Alta recente do dólar e o aumento das incertezas econômicas fizeram o Banco Central (BC) interromper o corte de juros iniciado há quase um ano. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a taxa Selic, juros básicos da economia, em 10,5% ao ano. A decisão era esperada pelos analistas financeiros.

A manutenção ocorre após o Copom reduzir a Selic por sete vezes seguidas. Na última reunião, em maio, a velocidade dos cortes diminuiu. De agosto do ano passado até março deste ano, o Copom tinha reduzido os juros básicos em 0,5 ponto porcentual a cada reunião. Em maio, a taxa tinha sido cortada em 0,25 ponto porcentual.

Diferentemente da última reunião, que teve um placar dividido, a decisão ocorreu por unanimidade. Em comunicado, o Copom justificou que decidiu interromper o ciclo de queda dos juros por causa do cenário global incerto e porque a alta da inflação doméstica e as expectativas "desancoradas" exigem maior cautela.

"Em relação ao cenário doméstico, o conjunto dos indicadores de atividade econômica e do mercado de trabalho segue apresentando dinamismo maior do que o esperado. A inflação cheia ao consumidor tem apresentado trajetória de desinflação, enquanto medidas de inflação subjacente se situaram acima da meta para a inflação nas divulgações mais recentes", destacou o texto.

Segundo o Copom, a conjuntura atual está marcada por uma desinflação mais lenta que o esperado, um cenário global desafiador e a desancoragem das expectativas de inflação pelo mercado financeiro. A situação atual, destacou o comunicado, "demanda serenidade e moderação na condução da política monetária".

A taxa está no menor nível desde fevereiro de 2022, quando estava em 9,75% ao ano. De março de

Para CNI, decisão do Copom é 'inadequada' e 'conservadora'

Sandra Manfrini/AE

A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central de manter a Selic em 10,5% ao ano, interrompendo assim o ciclo de cortes da taxa de juros, foi considerada "inadequada e excessivamente conservadora" pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Para a entidade, a decisão só irá impor restrições adicionais à atividade econômica, com reflexos negativos sobre emprego e rendas, sem que o quadro inflacionário exija tamanho sacrifício.

"A manutenção do ritmo de corte na Selic se-

ria o correto, pois contribuiria para mitigar o custo financeiro suportado pelas empresas e pelos consumidores, sem prejudicar o controle da inflação", afirma o presidente da CNI, Ricardo Alban.

Em nota, a CNI afirma que os prejuízos dessa política monetária são claros quando analisado o comportamento da atividade econômica. "As previsões apontam que o crescimento do PIB deve ser menos intenso este ano do que foi no ano passado: em 2023, o crescimento observado foi de 2,9%, enquanto para 2024 a previsão, segundo o Relatório Focus, é de 2,08%."

2021 a agosto de 2022, o Copom elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, num ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis. Por um ano, de agosto de 2022 a agosto de 2023, a taxa foi mantida em 13,75% ao ano por sete vezes seguidas, quando começou a ser reduzida.

Antes do início do ciclo de alta, a Selic estava em 2% ao ano, no nível mais baixo da série histórica iniciada em 1986. Por causa da contração econômica gerada pela pandemia de covid-19, o Banco Central tinha derrubado a taxa para estimular a produção e o consumo. A taxa ficou no menor patamar da história de agosto de 2020 a março de 2021.

INFLAÇÃO

A Selic é o principal instrumento do Banco Central para manter sob controle a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em maio, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial, subiu para 0,46%. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os alimentos puxaram o indicador

após as enchentes no Rio Grande do Sul.

Com o resultado, o indicador acumula alta de 3,93% em 12 meses, cada vez mais distante do centro da meta deste ano. Para 2024, o Conselho Monetário Nacional (CMN) fixou meta de inflação de 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto porcentual. O IPCA, portanto, não podia superar 4,5% nem ficar abaixo de 1,5% neste ano.

No último Relatório de Inflação, divulgado no fim de março pelo Banco Central, a autoridade monetária manteve a previsão de que o IPCA termine 2024 em 3,5%. A estimativa, no entanto, foi divulgada antes da alta do dólar e das enchentes no Rio Grande do Sul. O próximo relatório será divulgado no fim de junho.

As previsões do mercado estão mais pessimistas. De acordo com o boletim Focus, pesquisa semanal com instituições financeiras divulgada pelo BC, a inflação oficial deverá fechar o ano em 3,96%, abaixo portanto do teto da meta. Há um mês, as estimativas do mercado estavam em 3,8%.

CRÉDITO MAIS BARATO

A redução da taxa Selic ajuda a estimular a economia. Isso por-

que juros mais baixos barateiam o crédito e incentivam a produção e o consumo. Por outro lado, taxas mais baixas dificultam o controle da inflação. No último Relatório de Inflação, o Banco Central aumentou para 1,9% a projeção de crescimento para a economia em 2024.

O mercado projeta crescimento um pouco melhor. Segundo a última edição do boletim Focus, os analistas econômicos preveem expansão de 2,08% do PIB em 2024.

A taxa básica de juros é usada nas negociações de títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais taxas de juros da economia. Ao reajustá-la para cima, o Banco Central segura o excesso de demanda que pressiona os preços, porque juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Ao reduzir os juros básicos, o Copom barateia o crédito e incentiva a produção e o consumo, mas enfraquece o controle da inflação. Para cortar a Selic, a autoridade monetária precisa estar segura de que os preços estão sob controle e não correm risco de subir.

JUNHO

Desenrola Pequenos Negócios renegocia R\$ 1,25 bilhão até dia 12

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

O programa federal Desenrola Pequenos Negócios registrou, de 13 de maio a 12 de junho, a renegociação de dívidas com instituições financeiras no valor de R\$ 1,25 bilhão, em todo país. O levantamento feito pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) revela que o volume financeiro negociado aumentou 30,3%, na comparação com o primeiro levantamento, com dados até 5 de junho.

De acordo com a Febraban, 30.645 clientes já renegociaram 39.071 mil contratos de suas dívidas. Esses clientes pessoas jurídicas são microempreendedores individuais (MEIs), microempresas e empresas de pequeno porte.

Sete instituições financeiras participam do Desenrola Pequenos Negócios: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú, Santander, Sicredi e Mercantil do Brasil. Juntos, esses

bancos (públicos, privados e de crédito cooperativo) representam 73% do total da carteira de crédito de micro e pequenas empresas nacionais.

Após a renegociação, o crédito é retomado imediatamente, o que pode impulsionar novamente seus negócios, gerar empregos, renda e fortalecer o desenvolvimento local.

NEGOCIAÇÕES

Entre as cinco regiões do país, o Sudeste registrou o maior número de donos de micro e de empresas de pequeno porte que buscaram a renegociação de dívidas nos bancos. Os estados de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Espírito Santo, juntos, respondem por 14.908 clientes do programa, responsáveis pelo fechamento de 18.859 contratos, com volume negociado de R\$ 564,71 milhões.

Na sequência, aparecem as regiões Nordeste (6.274 empreendedores), Sul (4.119), Cen-

tro-Oeste (2.935) e Norte (2.066).

Se considerados somente os estados, São Paulo acumula 9.489 empreendedores que renegociaram suas dívidas (31% do total), com 11.657 contratos (30% do total) e R\$ 353,67 milhões em volume renegociado (28% do total).

O Rio de Janeiro responde por 2.545 clientes (8%), 3.511 contratos (9%) e R\$ 99,02 milhões em volume (8%) e é seguido por Minas Gerais, com 2.473 clientes (8%), 3.151 contratos (8%) e R\$ 100,42 milhões em volume.

No Rio Grande do Sul, o Desenrola Pequenos Negócios beneficiou 1,2 mil empresários que, até o momento, renegociaram R\$ 62 milhões em dívidas. O estado passa por recuperação econômica após enfrentar situação de calamidade pública provocada pelas chuvas volumosas que caíram no estado em abril e maio.

PROGRAMA

O Desenrola Pequenos Negó-

cios é um programa de abrangência nacional destinado a empresas com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões que permite a renegociação de dívidas não quitadas com instituições financeiras até 23 de janeiro deste ano.

Segundo o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, não há limite para o valor da dívida ou tempo máximo de atraso. As micro e pequenas empresas com débitos antigos e de todos os valores também podem se beneficiar com a renegociação.

Para aderir ao programa, o microempreendedor ou pequeno empresário deve procurar a instituição financeira onde tem a dívida em atraso para iniciar a negociação e, depois, formalizar o contrato. Os termos e prazos para a renegociação são definidos pelo banco, que poderá oferecer condições especiais, como descontos, prazos mais longos para o parcelamento e juros reduzidos.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS



ACESSE NOSSO SITE

POSSE

Magda diz que Lula não quer 'confusão' na Petrobras

GABRIEL VASCONCELOS
E DENISE LUNA/AE

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, disse ontem, durante a cerimônia de posse na empresa, que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, lhe deu a missão de movimentar a Petrobras, porque a empresa é capaz de movimentar o PIB nacional. Segundo Magda, em contato com Lula, quando do convite ao cargo, ele disse que "não queria confusão na empresa".

"Aproveito a oportunidade para contar a encomenda que me foi dada pelo presidente. A missão dada pelo presidente foi

a de movimentar a Petrobras, porque ela impulsiona o PIB do País. Ele me pediu para gerir a Petrobras com respeito à sociedade brasileira", disse ela. "Ele (Lula) me disse que tem grande carinho pela Petrobras, que a sociedade brasileira ama a Petrobras, e que não quer confusão nessa empresa", continuou.

Após longa nominata, em que citou ministros, políticos e executivos da empresa e do setor presentes, Magda se disse honrada em assumir a Petrobras, e rendeu homenagens a Lula.

Ela disse que a sensação é de "volta para casa", uma vez que atuou por mais de 20 anos na empresa. Em seguida, ela listou

o que planeja fazer e prometeu ser fiel ao Plano Estratégico 2024-2028. "O que vamos fazer está registrado no Plano Estratégico, e tem potencial para gerar centenas de milhares de empregos diretos e indiretos, além de recursos em tributos e participações especiais à União Federal", comentou. "Vamos zelar pela governança e resultados empresariais robustos, com rentabilidade e eficiência operacional. É o que o mercado e o Brasil esperam de nós. Nossa visão está alinhada com a do presidente Lula e com a do governo federal, afinal são esses os nossos acionistas majoritários", continuou.

Em linhas gerais, ela prometeu ajudar em uma "transição

energética justa", com investimento em eólica, geração fotovoltaica, e hidrogênio, mas com o gás como combustível da transição. A ideia, disse, é aumentar a oferta de gás ao mercado nacional e voltar a investir em fertilizantes - vetor de demanda do gás -, além de expandir o parque de refino e petroquímica.

Ela citou, ainda, um programa de construção naval, na linha do que o Planalto vinha pressionando nos últimos meses da gestão de seu antecessor, Jean Paul Prates. O discurso veio alinhado a falas recentes de Lula e dos ministros de Minas e Energia e Casa Civil, Alexandre Silveira e Rui Costa, respectivamente.

INDÚSTRIA

Alckmin: Selo Verde ajudará a neointustrialização do Brasil

O Programa Selo Verde Brasil, instituído pelo decreto 12.063 publicado terça-feira no Diário Oficial da União, que prevê a identificação de produtos e serviços com os princípios de sustentabilidade, vai contribuir para a promoção da neointustrialização nacional, estimulando o crescimento da economia verde, do mercado de produtos sustentáveis e ainda, promovendo a inovação e a economia circular no país, disse o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e vice-presidente Geraldo Alckmin.

Segundo ele, o programa será coordenado pelo MDIC e o Selo Verde será voluntário e poderá ser obtido para produtos que atendam aos critérios de sustentabilidade socioambiental a serem definidos em norma técnica elaborada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Poderão ser incluídos, por exemplo, critérios relacionados à rastreabilidade da produção, pegadas de carbono,

resíduos sólidos e eficiência energética. O Selo Verde Brasil será concedido por certificados que serão acreditadas pelo Inmetro ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro). A iniciativa contribuirá ainda com a redução de custos do processo produtivo e diminuição ou até mesmo eliminação de múltiplas certificações.

"Essa é uma iniciativa que acompanha a tendência mundial de qualificação de produtos e serviços atendendo a critérios sociais e ambientais. Estamos reforçando nosso compromisso com o fomento à economia verde, um dos pilares da Nova Indústria Brasil", afirma o vice-presidente e ministro do MDIC, Geraldo Alckmin. "Precisamos preparar nosso mercado, nacional e internacionalmente, para as exigências da transformação ecológica, trabalhando na consolidação da cultura de consumo de produtos e serviços sustentáveis", concluiu.

ESTRATÉGIA

De acordo com o secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do MDIC, Rodrigo Rollemberg, não se trata apenas de um programa de rotulagem. "É uma estratégia nacional para o desenvolvimento e o crescimento do setor produtivo de maneira sustentável", afirmou. Para o secretário, com a certificação dos produtos, o país terá uma condição competitiva que elevará o país ao papel de liderança mundial do ponto de vista da economia verde.

O Selo Verde Brasil será confeccionado em consonância com os padrões nacionais e internacionais, assegurando a reciprocidade, a cooperação regulatória e o reconhecimento mútuo com os demais países, além de ser compatível com os demais instrumentos de fomento à transição energética, ecológica e economia sustentável nacionais, como a Nova Indústria Brasil (NIB), o Plano de Transformação Ecológica, entre outros.

O Programa contemplará assistência técnica e capacitação para as empresas participantes adaptarem o seu processo produtivo aos novos critérios. A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) serão os principais parceiros para essa ação. As pequenas e microempresas serão contempladas pelo Programa.

Uma portaria do MDIC irá criar os Comitês Gestor e Consultivo do Programa. O Comitê Gestor será responsável pela operacionalização do Programa, enquanto o Consultivo será o espaço de diálogo entre o setor público e o privado para construção conjunta das iniciativas. Os comitês irão elaborar as diretrizes, assim como estabelecer os produtos e serviços prioritários do Programa, e encaminhá-los para a ABNT. A previsão é que as primeiras normas sejam publicadas até o primeiro semestre de 2025.

MINERADORA

Lula: Vale foi rifada é não tem dono para conversar

SOFIA AGUIAR
E RENAN MONTEIRO/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva declarou ontem, que a Vale foi "rifada" no processo de privatização e alegou não ser possível dialogar com a empresa. O presidente acompanhou a cerimônia de posse da presidente da Petrobras, Magda Chambriard, no Rio de Janeiro (RJ).

"Poderíamos ter aqui, do nosso lado, a Vale, que foi privatizada e rifada por 899 mil pequenos fundos, e que você não tem um dono para conversar, para discutir. Desde Mariana e Brumadinho até hoje não foi paga a indenização."

Para o presidente, uma empresa grande tem que ter "alguém responsável para que as coisas funcionem". Lula também voltou a defender a atuação de bancos públicos no impulso do crédito.

"Se não fossem os bancos públicos e a empresa como a Petrobras, a gente teria quebrado, como muitos países, na crise de 2008 e 2009. Fomos o último a entrar na crise e o primeiro a sair", declarou.

STF

Gilmar para julgamento sobre reforma da Previdência

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes pediu vista e suspendeu o julgamento de um pacote de 13 ações que discutem trechos da reforma da previdência, de 2019. Até o momento, 10 ministros votaram e falta apenas Gilmar se manifestar. Como eles se dividiram em diversas correntes distintas, contudo, ainda não foi formada uma maioria.

Entre os pontos em análise, estão a alíquota progressiva para servidores públicos, novos critérios para cálculo de pensão por morte e a contribuição extraordinária de aposentados e pensionistas.

O relator, Luís Roberto Barroso, votou para rejeitar todas as ações e declarar a reforma constitucional. Ele ressaltou a necessidade da "autocontenção judicial" em relação a normas aprovadas pelo Congresso e também avaliou que o déficit no setor é "incontestável". Em seu voto, ele apenas atendeu parcialmente a um dos pedidos para determinar que a base de cálculo da contribuição previdenciária de inativos e pensionistas somente pode ser aumentada caso o governo comprove a persistência do déficit

previdenciário mesmo após a adoção da progressividade de alíquotas.

Barroso foi acompanhado em parte pelos ministros Cristiano Zanin e Kássio Nunes Marques, que acrescentaram mais um ponto que consideram inconstitucional: a anulação das aposentadorias já concedidas com contagem especial de tempo.

O ministro Edson Fachin abriu divergência em cinco pontos. Ele entendeu que são inconstitucionais os trechos da reforma que criam a progressividade das alíquotas, a regra de cálculo diferente para mulheres nos regimes privado e público da previdência, a cobrança extraordinária a servidores inativos em caso de déficit no regime da previdência, entre outros dispositivos.

A posição de Fachin no julgamento, que começou em 2022, foi seguida integralmente pela ministra Cármen Lúcia, pelos ministros Dias Toffoli e André Mendonça e pela então ministra Rosa Weber. Os ministros Alexandre de Moraes e Luiz Fux acompanharam Fachin parcialmente, com divergências sobre alguns dos pontos questionados.

Ao votar, Moraes disse que a

possibilidade de ampliar a base de cálculo de contribuição sobrecarrega os aposentados e pensionistas. "O déficit deveria ser compartilhado entre ativos e inativos, e acabou sobrando para os inativos. Há tratamento diferenciado, inclusive confiscatório, em relação aos benefícios dos aposentados e pensionistas, que acabam ficando com todo o encargo de amortizar o déficit do regime previdenciário", afirmou.

IMPACTO DAS AÇÕES

O impacto de parte dessas ações para os cofres públicos, estimado no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, é de R\$ 497,9 bilhões. É o maior risco fiscal da União no Judiciário.

O valor diz respeito a um pacote de 15 ações que questionam a reforma - 13 delas estão na pauta desta quarta. As outras duas, que discutem o trecho que revoga isenção a servidores com doença incapacitante e o que exige idade mínima para aposentadoria especial, não entraram na lista. A Advocacia-Geral da União (AGU) foi questionada pelo Broadcast sobre o impacto individual de cada ação, mas disse que não tem essa informação.

PORTO

Movimentação de carga em Santos é recorde de 15,8 mi de toneladas

A movimentação de cargas no Porto de Santos (SP) alcançou 15,8 milhões de toneladas, a melhor marca para o mês, e 4,9% acima do apurado em maio de 2023 (15,1 milhões de toneladas). Esse desempenho elevou em 11,5% o movimento acumulado do ano, totalizando 72,8 milhões de t, também recorde para o período de janeiro a maio.

Os dados são da Autoridade Portuária de Santos (APS), que é uma empresa pública vinculada ao Ministério dos Portos e Aeroportos.

Segundo a APS, mais uma vez as cargas do agronegócio lideram o crescimento, destacando-se o açúcar, com 2,2 milhões de toneladas no mês (+18,7%) e 9,5 milhões de toneladas nos 5 primeiros meses do ano (+65,6%). Sobressaíram-se, também, os embarques de café em grãos, com 204,7 mil toneladas (+89,1%) no mês e 1,0 milhão de toneladas (+65,3%) no acumulado do ano; carnes, com 225,0 mil toneladas (+32,2%) no mês e 994,9 mil toneladas

(+28,0%); celulose, com 631,7 mil toneladas (+14,3%) no mês e 3,2 milhões de toneladas no acumulado (+2,7%) e as descargas de fertilizantes, com 662,9 mil toneladas (+40,4%) no mês e 2,8 milhões de toneladas (-6,1%).

O presidente da APS, Anderson Pomini, disse na nota que "a infraestrutura para atendimento às safras agrícolas está em expansão no complexo portuário de Santos e é um dos fortes indutores desse desempenho".

A movimentação de cargas conteinerizadas também apresentou um ótimo desempenho, somando 443,6 mil TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés), ficando 10,1% acima do mesmo mês do ano passado (403,0 mil TEU). O acumulado do ano se mantém 17,0% acima do mesmo período anterior, totalizando 2,2 milhões de TEU. Os dois resultados se caracterizam como as melhores marcas registradas no mês de maio e no acumulado do ano.

BRASKEM S.A.

CNPJ 42.150.391/0047-53

AUDITORIA AMBIENTAL - A BRASKEM S.A. torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA, em 28/05/2024, Relatório de Auditoria Ambiental de Acompanhamento do ano de 2023 para fabricação de polipropileno e informa que este estará à disposição para consulta na Rua Marumbi, 1001 - Campos Elíseos no Município de Duque de Caxias, no período de 24/06/2024 a 28/06/2024 no horário das 7h30 às 16h30. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.inea.rj.gov.br/biblioteca. (Processo E-07/200639/2000).

BRASKEM S.A.

CNPJ: 42.150.391/0047-53

AUDITORIA AMBIENTAL - A BRASKEM S.A. torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA, em 28/05/2024, Relatório de Auditoria Ambiental de Acompanhamento do ano de 2023 referente as atividades de fabricação de polietileno e informa que este estará à disposição para consulta na Rua Marumbi, 1001 - Campos Elíseos no Município de Duque de Caxias, no período de 24/06/2024 a 28/06/2024 no horário das 7h30 às 16h30. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.inea.rj.gov.br/biblioteca. (Processo E-07/202665/2005).

Tangara Energia S.A.

CNPJ/MF nº 03.573.381/0001-96 - NIRE 33.300.325.131

Edital de Convocação - Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária São convidados os Senhores Acionistas da Tangara Energia S.A. a participarem das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a serem realizadas na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 4º andar, sala 403, Jacarepaguá, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.775-028, em primeira convocação, às 14h30, segunda convocação às 14:35 e terceira, e última, convocação às 14:40, do dia 26 de junho de 2024, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia:** (i) aprovar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Sociedade relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (ii) deliberar sobre a Proposta da Administração para Destinação do Resultado do Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2023; (iii) reeleger e/ou eleger os diretores da Sociedade; (iv) fixar o valor da remuneração global anual dos Diretores; (v) deliberar sobre o aumento do capital social da Sociedade, nos termos do artigo 166, IV da Lei nº 6.404/76 e, conseqüente alteração do artigo 5º do Estatuto Social, e respectiva consolidação; (vi) outros assuntos de interesse social. Rio de Janeiro. **Carlos Gustavo Nogari Andrioli** - Diretor. (18, 19 e 20/06/2024)

V21 ENERGIA S.A.

CNPJ nº 34.395.916/0001-00 - NIRE 33.3.0033239-1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2024

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Realizada em 26 de abril de 2024, às 11:00 horas, na sede da V21 Energia S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. 2. **MESA:** Sra. Cynthia Sisonetto Lemos como Presidente e Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca como Secretária. 3. **PRESEÇA:** Acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. 4. **CONVOCAÇÃO:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do art. 124, §4º da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença da acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia. **ORDEM DO DIA:** (i) Exame, discussão e aprovação das contas da administração, do balanço patrimonial, das demonstrações financeiras, do parecer dos auditores independentes e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme publicado no Jornal Diário do Acionista, nas edições de 29, 30 e 31 de março de 2024, páginas 03, 04, 05, 06 e 07 e (ii) destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. 5. **DELIBERAÇÕES:** Após discutir e analisar os temas propostos na ordem do dia e documentos correlatos, os acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram: (i) Aprovar as contas da Administração, o balanço patrimonial, as demonstrações financeiras, o parecer dos auditores independentes e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, constantes do Anexo I desta ata. (ii) Tendo a Companhia apresentado lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 45.189.582,29 (quarenta e cinco milhões cento e oitenta e nove mil quinhentos e oitenta e dois reais e vinte e nove centavos), aprovar a destinação de (a) R\$ 2.259.479,11 (dois milhões duzentos e cinquenta e nove mil quatrocentos e setenta e nove reais e onze centavos) à reserva legal, conforme o disposto no art. 193 da Lei nº 6.404/76 e no parágrafo 3º do artigo Décimo Sétimo do Estatuto da Companhia; (b) R\$ 10.732.525,79 (dez milhões setecentos e trinta e dois mil quinhentos e vinte e cinco reais e setenta e nove centavos) à distribuição de dividendos mínimos obrigatórios ao acionista, consoante disposto no parágrafo 3º do artigo Décimo Sétimo do Estatuto da Companhia, pagos antecipadamente ao longo do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; (c) R\$ 28.237.869,81 (vinte e oito milhões duzentos e trinta e sete mil oitocentos e sessenta e nove reais e oitenta e um centavos) à distribuição de dividendos intercalares, sendo R\$ 28.071.999,46 (vinte e oito milhões setenta e um mil novecentos e noventa e nove reais e quarenta e seis centavos) pagos antecipadamente ao longo do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e saldo remanescente de R\$ 165.870,35 (cento e sessenta e cinco mil oitocentos e setenta reais e trinta e cinco centavos) a serem pagos até 30 de junho de 2024 e (d) R\$ 3.959.707,57 (três milhões novecentos e cinquenta e nove mil setecentos e sete reais e cinquenta e sete centavos) à constituição de reserva de retenção de lucros. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta Assembleia, incluindo os registros públicos e societários e as correspondentes anotações nos livros sociais. 7. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois da lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. 8. **ASSINATURAS:** Mesa: Cynthia Sisonetto Lemos (Presidente) e Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca (Secretária). Acionista: Vinci Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, neste ato representado por sua gestora, Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro. **Cynthia Sisonetto Lemos - Presidente da Mesa, Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca - Secretária.** JUCERJA: Certifico o arquivamento em 18/06/2024 sob o nº 00006296591, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

**MARISTELA**

Estação da Linha 6-Laranja do Metrô ganha novo nome

LEONARDO ZVARICK/AE

O governo de São Paulo decidiu mudar o nome de mais uma estação da futura Linha 6-Laranja do Metrô. Inicialmente nomeada Vila Cardoso, a penúltima parada da zona norte agora vai se chamar estação Maristela, conforme decreto publicado na terça-feira passada, no *Diário Oficial do Estado*.

Embora o texto não explique o motivo da alteração, o bairro onde a estação está sendo construída é conhecido como Jardim Maristela.

A nova parada vai ficar na Estrada do Sabão, perto do Hospital Municipal da Brasilândia, e terá um terminal de ônibus integrado. As obras no local estão em 27% de execução, segundo a concessionária responsável.

A Linha 6-Laranja é construída por meio de uma parceria público-privada (PPP) entre o governo de São Paulo e o grupo espanhol Acciona, responsável pelas obras. Depois de inaugurado, o ramal será

operado pelo consórcio LinhaUni, da qual a empresa faz parte, por 19 anos.

No último dia 10, o governo de São Paulo já havia alterado o nome da estação 14-Bis para 14 Bis-Saracura, devido aos vestígios arqueológicos do antigo Quilombo Saracura que foram encontrados no local.

Quando for concluída, a linha terá 15 quilômetros de extensão e 15 estações, ligando o bairro da Brasilândia, na zona norte, à estação São Joaquim, na região central da capital paulista.

Com mais de mil dias de atraso em relação ao cronograma inicial, as obras estão sendo aceleradas. Com isso, o custo final vai aumentar. O início da operação parcial é previsto para 2026.

O governo estima que a linha vai transportar cerca de 630 mil passageiros quando estiver funcionando. O trajeto de ponta a ponta, que hoje dura uma hora e meia de ônibus, vai levar 23 minutos, segundo a Secretaria de Parcerias em Investimentos.

GUARULHOS

Governo repassa R\$ 40 milhões para fortalecer assistência hospitalar

O governador Tarcísio de Freitas autorizou ontem em visita ao município de Guarulhos, na Grande São Paulo, o repasse de R\$ 40 milhões para ações de custeio e assistência à saúde do município. Os recursos serão disponibilizados à prefeitura local para fortalecer o atendimento hospitalar de instituições públicas da cidade, beneficiando diretamente a população que depende do Sistema Único de Saúde (SUS).

“Nós estamos hoje aqui para liberar o dinheiro que vai ser aplicado no término da construção do Hospital da Mulher, que vai ganhar pelo menos mais 26 leitos. E para a gente terminar a adaptação do segundo, terceiro e do quinto andar do Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso, um hospital que vai sair de 168 leitos e vai ganhar mais 103 leitos”, afirmou o governador. “Com os outros leitos já abertos, é como se a gente estivesse construindo outro hospital regional de médio porte aqui em Guarulhos, usando a capacidade que já está instalada. É disso que a gente está falando”, acrescentou.

A agenda em Guarulhos teve a participação do secretário de Estado de Saúde, Eleuses Paiva, além de parlamentares estaduais, vereadores, do prefeito local, de gestores e trabalhadores da área de saúde municipal e regional.

Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso, em Guarulhos.

Os recursos serão disponibilizados por meio da Secretaria de Estado de Saúde em parcela única. Do total, R\$ 30 milhões vão para a reforma do Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso, unidade referência para o município e que já realizou mais de 11,6 mil procedimentos hos-

pitalares entre janeiro do ano passado e março deste ano. Os R\$ 10 milhões restantes serão destinados para conclusão das obras do Hospital da Mulher, entre outros serviços.

“Quando assumimos o governo do Estado, o governador Tarcísio sempre nos falou sobre a preocupação com o tamanho das filas, da sua preocupação em garantir saúde para a população. Estamos trazendo esses recursos para melhorar um atendimento que há tempos era esperado. E estamos conseguindo transformar o que era um sonho numa realidade”, afirmou o secretário de Estado de Saúde, Eleuses Paiva.

Entre as medidas do governo paulista para o fortalecimento da assistência à saúde do município, Tarcísio de Freitas também anunciou a aquisição e instalação de um equipamento de ressonância magnética para o Complexo Hospitalar Padre Bento, importante instituição de atendimento público da cidade.

OUTRAS AÇÕES

Entre janeiro e março deste ano, o governo paulista, por meio da Secretaria de Estado de Saúde, repassou R\$ 10,6 milhões para seis instituições filantrópicas de Guarulhos via Tabela SUS Paulista. O valor pago às entidades pelo Estado remunerava em até cinco vezes mais do que o repassado pelo governo federal para procedimentos de saúde.

Já em fevereiro deste ano, o Governo de SP também realizou a antecipação do pagamento de R\$ 6,3 milhões do IGM SUS Paulista (Incentivo à Gestão Municipal) para suporte ao enfrentamento das arboviroses urbanas em Guarulhos.

Nota

PASTOR É PRESO POR SUSPEITA DE ABUSAR SEXUALMENTE DE ENTEADA NO INTERIOR DE SP

Um pastor evangélico foi preso por suspeita de assediado sua enteada adolescente em Ilha Solteira, no interior de São Paulo, na terça-feira passada. O caso está sob responsabilidade da Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) do município. Após solicitação da autoridade policial, a Justiça expediu mandado de prisão temporária do suspeito. Segundo a Secretaria da Segurança Pública (SSP), “as investigações prosseguem para o esclarecimento dos fatos”. Por se tratar de crime sexual envolvendo menor de idade, o órgão não divulgou mais detalhes do caso.

DECISÃO DE MORAES

Hospitais têm 48h para provar cumprimento sobre assistolia

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu prazo de 48 horas para cinco hospitais de São Paulo comprovarem o cumprimento da decisão que liberou a realização da assistolia fetal para interrupção de gravidez.

A decisão atinge os hospitais municipais Vila Nova Cachoeirinha, Dr. Cármino Caricchio, Dr. Fernando Mauro Pires da Rocha, Tide Setúbal e Professor Mário Degni. De acordo com o ministro, os administradores

dos hospitais deverão ser responsabilizados pessoalmente em caso de descumprimento da decisão.

No mês passado, Moraes suspendeu a resolução aprovada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) para proibir a realização da chamada assistolia fetal para interrupção de gravidez. O procedimento é usado pela medicina nos casos de abortos previstos em lei, como o caso de estupro.

Segundo denúncias, com base na resolução, os hospitais estavam impedindo a realização da assistolia.

A suspensão foi motivada por uma ação protocolada pelo PSOL. Em abril, a Justiça Federal em Porto Alegre suspendeu a norma, mas a resolução voltou a valer após o Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região derubar a decisão.

Moraes considerou que houve “abuso do poder regulamentar” do CFM ao fixar regra não prevista em lei para impedir a realização de assistolia fetal em casos de gravidez oriunda de estupro. O ministro também lembrou que o procedimento só pode ser realizado pelo médico com consentimento da vítima.

Ao editar a resolução, o CFM entendeu que o ato médico da assistolia provoca a morte do feto antes do procedimento de interrupção da gravidez e decidiu vetar o procedimento.

“É vedada ao médico a realização do procedimento de assistolia fetal, ato médico que ocasiona o feticídio, previamente aos procedimentos de interrupção da gravidez nos casos de aborto previsto em lei, ou seja, feto oriundo de estupro, quando houver probabilidade de sobrevivência do feto em idade gestacional acima de 22 semanas”, definiu o CFM.

PESQUISA

Procon faz consulta sobre uso de Inteligência Artificial online

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

O Procon-SP lançou nesta semana pesquisa para conhecer a percepção e opinião do consumidor sobre o uso da Inteligência Artificial (IA) nas compras on-line.

Os resultados coletados irão nortear o desenvolvimento de atividades da área de estudos e pesquisas do Procon-SP, como materiais educativos, palestras e outras ações. A participação pode ser pelo site ou pelas redes

sociais do Procon-SP.

A pesquisa consiste em um questionário de 13 perguntas de múltipla escolha, no qual o visitante deve opinar sobre questões que envolvem o uso da IA durante as compras em lojas, sobre o uso da IA na coleta de dados e análise do comportamento do consumidor, se já identificou publicidade personalizada para o seu perfil e se já foi vítima de fraude após a interação com IA.

“Com o crescimento do e-commerce e a ampliação do uso de algoritmos e ferramentas baseadas em inteligência artificial pelo comércio eletrônico, o tema ganha cada vez mais importância para os especialistas do órgão de defesa do consumidor, que, inclusive, possui comissões internas voltadas à discussão de segmentos relacionados à economia digital e suas variações”, diz o Procon-SP.

Em setembro do ano passado

o órgão já havia feito uma primeira sondagem sobre a percepção do consumidor a respeito do uso de IA nos Serviços de Atendimento ao Cliente (SAC) das empresas.

A pesquisa teve o objetivo de captar se o consumidor percebia que estava interagindo com IA ao entrar em contato com o SAC, saber qual a avaliação sobre o atendimento e se as interações eram suficientes para atender necessidades e expectativas.

VICE-PREFEITO

Partidos aliados a Nunes aceitam coronel Mello, indicado de Bolsonaro

SAMUEL LIMA/AE

Depois de engatilhar o nome do coronel da reserva da Polícia Militar Ricardo Mello Araújo (PL) como vice na chapa da reeleição na semana passada, a campanha do prefeito Ricardo Nunes (MDB) recebeu o endosso dos principais partidos que formam a coligação.

O *Estado* apurou que o militar sugerido pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) não encontra resistência no comando de siglas como PSD, Republicanos, Progressistas, Podemos, PRD e Avante e que o próprio núcleo duro de campanha do prefeito defendido a indicação em conversas reservadas com os dirigentes. A tendência é que os focos de insatisfação, em parte do Solidariedade e no próprio Progressistas, por exemplo, sejam superados. O grupo de aliados

do prefeito ainda conta com os “nânicos” Mobiliza e Agir e negocia a entrada do União Brasil.

Ex-comandante das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota) e diretor da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), Mello Araújo é um bolsonarista convicto que costuma reproduzir o discurso do ex-presidente nas redes sociais, como ataques ao Judiciário e defesa da pauta conservadora de costumes. A indicação encontrava resistência entre caciques partidários de legendas mais ao centro por conta dessa postura, mas ganhou força com a “dobradinha” recente entre Bolsonaro e Tarcísio, os dois principais aliados do prefeito nas urnas.

A costura passou a ser encarrada pelo entorno de Nunes como inevitável na medida em que o coach Pablo Marçal (PRTB)

entrou na disputa e passou a flertar com deputados do PL e com o próprio Bolsonaro, em Brasília. Além disso, a alternativa mais simpática ao prefeito, o secretário municipal de Relações Internacionais, Aldo Rebelo (MDB), negou o convite para ingressar no Republicanos na janela partidária, o que praticamente anulou suas chances de ser indicado por depender de uma “chapa pura” emedebista.

Na sexta-feira passada, em nova demonstração de força de Bolsonaro, Nunes teve almoço com o ex-presidente, o governador Tarcísio e o próprio coronel no Edifício Matarazzo. O prefeito evitou chamar Mello Araújo de favorito a vice, mas disse que o escolhido de Bolsonaro tinha “argumentos fortes”. Publicamente, o tempo de propaganda gratuita em rádio e TV fornecido pelo PL tem sido apontado co-

mo o motivo da preferência. Nos bastidores, aliados também citam a necessidade de “amarrar” Bolsonaro na campanha, evitando a dispersão dos votos do eleitorado de direita.

Um dos focos de resistência era o PP. Integrantes da sigla criticaram publicamente a escolha de Mello Araújo como vice. Contudo, na última segunda-feira, o presidente nacional do partido, senador Ciro Nogueira, se encontrou com Nunes e afirmou que, se a indicação fosse oficializada, o partido aceitaria e caminharia com Nunes em qualquer hipótese.

“É muito importante que o governador Tarcísio e o presidente Bolsonaro façam essa indicação (...) Se ela vier a acontecer (indicação), vai contar com nosso apoio e nosso entusiasmo”, afirmou o senador sobre o nome de Mello Araújo.

FESTA JUNINA

SP distribui 2 mi de espigas de milho na alimentação escolar

Tem milho na alimentação dos alunos das escolas estaduais no mês de junho. Desde o ano passado, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) inclui todo mês um produto sazonal na aquisição de frutas, verduras e legumes enviados para a alimentação escolar. Neste ano letivo, os estudantes já provaram pera, escarola, berinjela e, agora, no mês das festas juninas, 2 milhões de espigas estão sendo entregues a cerca de 3 mil escolas estaduais.

Das mais de 5 mil unidades de ensino, a alimentação escolar é oferecida diretamente pela Seduc-SP a 3 mil delas. Nas demais, a alimentação é fornecida por

meio de parcerias com as prefeituras e Secretarias Municipais de Educação.

Neste mês, especialmente, o milho estará presente nos refeitórios, mas também nas salas de aula. Junto com dicas de preparos com o milho, como a própria espiga cozida — que tem sido um sucesso entre as crianças —, o curau, suco, bolos, creme de milho e viradinho de milho, com receitas testadas na cozinha experimental pela equipe de nutricionistas da Seduc-SP, as escolas também receberam materiais e orientações para a prática pedagógica. A partir do milho, professoras e professores poderão discutir com os estu-

dantes a relação dos povos originários com o alimento, manifestações culturais e festas regionais.

A Escola Estadual Comendador Mario Dedini, no bairro Algodão, em Piracicaba, servirá o milho no lanche da tarde para os seus 380 estudantes na tarde desta quinta-feira. Na primeira quinzena, as crianças do 1º ao 5º ano provaram o milho na espiga e aprenderam sobre o alimento dentro da sala de aula. Desta vez, a gestão pedagógica decidiu trazer a tradição da cidade para dentro da escola. “A pamonha de Piracicaba é conhecida no estado todo, nós temos uma festa tradicional na cidade, a Festa do Milho de Tanqui-

nho, que chegou à 48ª edição neste ano, e mesmo assim nem todas as crianças já provaram esse doce que é atrelado à nossa cidade e cultura local. Chegou a vez de apresentar a eles um pouco mais sobre nossa história e o milho no cardápio trouxe essa oportunidade. Tenho certeza que será uma festa para as crianças”, conta a diretora da unidade, professora Fernanda Medinilla Antunes.

Nos últimos anos, a equipe de nutrição da Secretaria da Educação deu início ao processo de retirada de alimentos enlatados nas refeições e ampliou a oferta de frutas aos estudantes. “O processo de acabar com os alimentos enlatados na rede já foi finalizado. Atualmente, a alimentação escolar do estado é composta predominantemente por alimentos da natureza e minimamente processados”, informa a diretora técnica do Departamento de Alimentação Escolar da Educação de SP, Nayla Veríssimo.

SENADO

Comissão aprova projeto de lei do Novo Ensino Médio

PAULA FERREIRA
E CAIO POSSATI/AE

O projeto de lei que estabelece o novo ensino médio do Brasil, que propõe mudanças na carga horária e no currículo de milhões de estudantes do País, foi aprovado pela Comissão de Educação do Senado, em reunião extraordinária realizada ontem.

A proposta é um substitutivo apresentado pela relatora do projeto, a senadora Professora Dorinha Seabra (União-TO), ao texto de autoria do Poder Executivo (5.230/2023).

Após conversas com o ministro da Educação, Camilo Santana, Dorinha Seabra retomou proposta relacionada à carga horária da formação básica, um dos pontos mais controversos do texto. Agora, o projeto será avaliado, com pedido de urgência, pelo plenário do Senado.

COMO FICA A CARGA HORÁRIA?

Sobre a carga horária do novo ensino médio, o projeto substitutivo aprovado na Comissão de Educação do Senado prevê que:

- A carga horária mínima total destinada à formação geral básica (FGB) passa das atuais 1.800 horas para 2.400 horas - como defendia a proposta do governo federal - em cursos cujos itinerários de aprofundamento sejam nas áreas da educação (Linguagens, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza).
- A carga horária mínima

anual do ensino médio amplia de 800 para 1.000 horas (o acréscimo será distribuído em 200 dias letivos), mas poderá chegar a 1.400 horas, de forma progressiva,

- Nos cursos técnicos e profissionais, a formação geral básica poderá ter carga horária mínima de 2.200 horas até 2028 e 2.400 a partir de 2029 - igualando com a carga horária de formação geral básica.

- Para os cursos do ensino médio com ênfase em formação técnica e profissional, a carga horária para esta modalidade aumenta, até 2029, de 3.000 horas e para 3.200, 3.400 e 3.600 horas, quando forem ofertadas, respectivamente, cursos técnicos de 800, 1.000 e 1.200 horas.

OS ITINERÁRIOS FORMATIVOS?

Os itinerários formativos são as disciplinas, projetos, oficinas e núcleos de estudo que os estudantes podem escolher fazer ao longo dos três anos do ensino médio. A medida foi uma das principais inovações apresentadas na reforma do ensino médio de 2017.

NOVA VERSÃO

- Os itinerários formativos terão, agora, carga mínima de 800 horas nos três anos de ensino médio e serão compostos de aprofundamento das áreas do conhecimento da BNCC (linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas e sociais) ou de formação técnica e profissional;
- Para os casos de formação

técnica e profissional, o itinerário

formativo será ofertado conforme os eixos e áreas tecnológicas que são definidas nas diretrizes curriculares nacionais de educação profissional e tecnológica;

- Os sistemas de ensino devem garantir que todas as escolas de ensino médio ofertem aprofundamento integral de todas as áreas do conhecimento, organizadas em dois itinerários formativos com ênfases distintas, excetuadas as que ofereçam a formação técnica e profissional;

- O Ministério da Educação (MEC) elabore diretrizes nacionais de aprofundamento de cada uma das áreas do conhecimento, que orientam os estudantes em relação aos direitos e aos objetivos de aprendizagem a serem considerados nos itinerários formativos;
- Os estudantes, concluinte ou egresso do ensino médio, podem cursar um segundo itinerário formativo caso haja disponibilidade de vagas.

A FORMAÇÃO TÉCNICA

O projeto original previa que a formação técnica e profissional tivesse 2.100 horas. A relatora, porém, resolveu equiparar com a carga da formação geral básica (2.400 horas) para não fazer diferença entre as formações.

- Assim, a formação técnica terá carga horária mínima de 2.400 horas, sendo 2.200 horas até 2028, com o acréscimo das demais 200 horas em 2029.

- A lei propõe que cursos que ofertem 800 horas de formação técnica tenham, obrigatoriamente,

3.200 horas no total, por exemplo. Aqueles com 1.000 horas de formação técnica, tenham 3.400 horas no total, e assim por diante.

ENEM

O texto aprovado determina que os processos seletivos para ingresso em faculdades, como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), deverão considerar, a partir de 2027, a BNCC do ensino médio e as diretrizes nacionais de aprofundamento das áreas do conhecimento como referencial para a construção e realização da prova.

No texto da Câmara, os deputados admitiam conteúdos gerais e também dos itinerários formativos (a partir de uma diretriz que deveria ser feita pelo Ministério da Educação).

O ministro da Educação, Camilo Santana, já vinha sinalizando que acreditava ser difícil incorporar a avaliação da parte flexível do currículo no exame, usado hoje como principal porta de acesso para as universidades públicas do País.

ESPANHOL

O texto aprovado na Comissão de Educação restabeleceu a obrigatoriedade do ensino de espanhol nas escolas públicas brasileiras. O tópico havia sido removido do texto aprovado pela Câmara. Havia uma demanda grande de entidades ligadas ao ensino de línguas e também de países hispanofalantes pela retomada da obrigatoriedade. A pauta também é apoiada por parlamentares de esquerda.

JOGATINA

CCJ do Senado aprova projeto que permite instalação de cassinos

POR GABRIEL HIRABAHASI/AE

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, por 14 votos a 12, o projeto de lei que legaliza os jogos de azar no Brasil. O texto segue, agora, para análise no plenário da Casa. Não há previsão de quando isso acontecerá.

O texto do relator permite a instalação de cassinos em polos turísticos e legaliza o jogo do bicho.

O relator, senador Irajá (PSD-TO), argumenta que os jogos de azar já são uma realidade no Brasil e a regulamentação poderá significar mais dinheiro nos cofres públicos e a possibilidade de investimentos privados com a construção de cassinos.

Na estimativa do senador, os jogos de azar movimentaram de R\$ 14 bilhões a R\$ 31 bilhões em 2023. Irajá estima que cerca de R\$ 40 bilhões po-

dem entrar nos cofres públicos com a regulamentação das apostas e dos cassinos.

No caso dos cassinos, serão liberadas uma licença para cada Estado de até 15 milhões de habitantes, duas licenças para Estados de 15 milhões a 25 milhões de habitantes e três licenças para os que tiverem mais de 25 milhões de habitantes.

No caso do jogo do bicho, será concedida uma licença para cada 700 mil habitantes no Estado. No caso do bingo, o cálculo é a partir de cada 100 mil habitantes no município.

As licenças serão liberadas pelo Ministério da Fazenda. Os cassinos em embarcações precisarão ter ao menos 50 quartos, além de espaço para eventos, bares e restaurantes, por exemplo. O texto permite a concessão para cassinos em embarcações para até 10 estabelecimentos.

PRIVATIZAÇÃO

Lula diz que Lava Jato mirava no desmonte e venda da Petrobras

MARCELO CAMARGO/ABRASIL



SOFIA AGUIAR
E RENAN MONTEIRO/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (foto) alegou ontem, que houve direcionamento da operação Lava Jato na tentativa de privatização da Petrobras. Lula avaliou que um dos objetivos seria "destruir" a imagem da empresa.

"A operação Lava Jato mirava, na verdade, o desmonte e a privatização da Petrobras. Se o objetivo fosse de fato combater a corrupção, deixaria intacto o patrimônio do povo", afirmou Lula, na cerimônia de posse da presidente da Petrobras, Magda Chambriard, no Rio de Janeiro (RJ).

Governistas criticam o processo de investigação pela

Operação Lava Jato sobre esquema de corrupção ligado à Petrobras, com o argumento de que a forma como a operação como feita teria custado caro à economia e teria contribuído para o aumento do desemprego.

"A farsa que sustentou a Lava Jato foi desmontada e, aqui, estamos de volta. O que estava por trás da Lava Jato era entregar patrimônio a petrolíferas estrangeiras", opinou Lula. "Se Lava Jato queria combater a corrupção, que se punisse os corruptos e deixasse intacto o patrimônio do país", declarou.

No mesmo evento, Lula também alegou já ter chorado muitas vezes ao ver os "camisas amarelas da Petrobras" serem "chamados de corruptos".

NOMEAÇÕES

Senado aprova indicações de Lula ao Cade, TST e CNJ

GABRIEL HIRABAHASI/AE

O Senado aprovou, ontem, indicações ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) e ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Os senadores aprovaram, por 59 votos a três, a indicação de André Luís Macagnan Freire para procurador-chefe do Cade. A sabatina de Macagnan foi realizada em maio. O indicado de Lula ao Cade é servidor de carreira da Advocacia-Geral da União (AGU) e teve passagem pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), onde foi superintendente de Infraestrutura Rodoviária, e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

(PGFN), onde foi procurador.

O Senado também deu aval à recondução de Alexandre Barreto de Souza ao cargo de superintendente-geral do Cade. Sua indicação é atribuída, no Congresso, ao presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas. Barreto foi presidente do Cade de 2017 a 2021 e já atuou no Tesouro Nacional, Receita Federal, Senado Federal e TCU.

Outro aprovado pelo Senado foi Antônio Fabrício, indicado para ser ministro do Tribunal Superior do Trabalho. Foram 62 votos favoráveis e apenas dois contrários. Sabatinado nesta quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça, Fabrício defendeu a regulamentação da relação de trabalho entre moto-

ristas de aplicativo e as plataformas digitais (como iFood e Uber). Disse que essa discussão busca "criar um patamar civilizatório".

"Sabemos que as plataformas vieram e são (fonte de) geração de renda. O que muito se discute é a limitação. O Parlamento está debruçado sobre o Projeto de Lei Complementar 12/2024 (que regulamenta o segmento). O Parlamento tem tentado criar um patamar civilizatório", afirmou.

Por 62 votos a um, foi aprovada a indicação de Mauro Campbell Marques, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), para o cargo de corregedor nacional de Justiça, do Conselho Nacional de Justiça

(CNJ). Também sabatinado pela CCJ nesta quarta, Campbell Marques defendeu que juízes atuem apenas nas comarcas em que estão lotados.

"É inadmissível que eles busquem se converter em juízes metaversos, em juízes virtuais, abandonando as suas comunidades, entregando-as a um computador, a um celular, a uma relação absolutamente distante daquilo que é a realidade. Em algumas comarcas do interior, haverá dificuldades para a manutenção do juiz com a sua família. Mas isso não significa dizer que ele possua uma carta de alforria para fazer da magistratura um bico ou eventualmente fazer turismo na sua comarca", disse.

OFENSA AOS BOLSONARO

Conselho de Ética da Câmara arquiva ação contra Fernanda Melchionna

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados arquivou ontem ação contra a deputada federal Fernanda Melchionna (PSOL-RS). Foram 14 votos a favor do arquivamento e quatro contrários.

A representação foi movida pelo PL que acusava a deputada de ter ofendido o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filhos do ex-presidente Jair Bolsonaro, durante a reunião da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, em dezembro do ano passado. Na mesma ocasião, a deputada também discutiu com os deputados Gilvan da Federal (PL-ES) e Coronel Meira (PL-PE).

A maioria do conselho acatou parecer do relator, deputado Julio Arcoverde (PP-PI). Na avaliação do relator, as declarações da deputada podem ser consideradas manifestações políticas durante o debate parlamentar, e não feriram o decoro.

Em sua defesa, a deputada Fernanda Melchionna destacou que a discussão ocorreu quando a comissão analisava projeto de lei que prevê a inclusão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na lista de organizações terroristas. "Eu fui atacada, e obviamente não me intimidei pelo ataque. Nós achamos que o Brasil merece não apenas um bom debate, mas uma revolução nas políticas de

segurança pública", disse.

Apesar do arquivamento, o deputado Coronel Meira (PL-PE) cobrou um pedido de desculpas alegando ter sido xingado pela deputada. Melchionna negou a fala, bem como o pedido.

Na semana passada, o conselho também arquivou representação do PL contra o deputado federal Glauber Braga (PSOL-RJ). No processo, o partido acusou Braga de ter agredido fisicamente o também deputado federal Abílio Brunini (PL-MT), durante uma reunião da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial sobre a crise humanitária na Faixa de Gaza, em novembro de 2023.

ZECA RIBEIRO/CÂMARA DOS DEPUTADOS



EX-MULHER

Moraes volta atrás e manda reativar posts com acusações a Lira

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes determinou a reativação de três links com acusações contra o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), feitas por sua ex-mulher. A remoção dos conteúdos da *Folha*, *Terra* e *Brasil de Fato* havia sido determinada pelo ministro na terça-feira passada. Conteúdos publicados por outros veículos continuam fora do ar por determinação de Moraes. No despacho proferido ontem, Moraes disse que havia visto "abuso no exercício de um direito, com ferimento à honra,

intimidade, privacidade e dignidade", mas que depois teve acesso a novas informações que o fizeram mudar de ideia.

"As informações obtidas após a realização dos bloqueios determinados, entretanto, demonstram que algumas das URLs não podem ser consideradas como pertencentes a 'um novo movimento em curso, claramente coordenado e orgânico, e nova replicagem, de forma circular, desse mesmíssimo conteúdo ofensivo e inverídico', como salientado pelo requerente, pois são veiculações de reportagens jornalísticas que já se encontram veiculadas", disse Moraes.



RECURSOS

Rio assina contratos com a União para obras de BRT e infraestrutura

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

A prefeitura do Rio de Janeiro assinou ontem dois contratos de financiamento com o Banco do Brasil e com a Caixa para a execução de obras de infraestrutura urbana e compra de ônibus para o sistema BRT da capital. Os acordos foram firmados pelo prefeito Eduardo Paes, na presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Do acordo com o Banco do Brasil, a operação de R\$ 950 milhões será voltada para investimentos em obras de infraestrutura urbana como pavimentação, macrodrenagem, saneamento, sistema viário e urbanização, com destaque para os programas Bairro Maravilha e Morar Carioca.

Um dos locais beneficiados com o investimento será a Comunidade do Aço, em Santa Cruz, onde a prefeitura está construindo 44 prédios com 704 apartamentos ao todo, pelo programa Morar Carioca.

Além do projeto habitacional, a localidade receberá asfalto, rede de esgotamento sanitário, redes de abastecimento de água, ciclovia, pontos de iluminação pública e área de lazer. O investimento também será realizado para obras no bairro Jardim Maravilha, em Guaratiba, na zona oeste da capital, para acabar com as enchentes que afetam a vida dos moradores com o transbordamento do Rio Cabuçu-Pira-

quê. Os projetos fazem parte do Eixo Novo Pac de Cidade Sustentáveis e Resilientes.

Já com a Caixa, a operação de R\$ 141 milhões irá finalizar os investimentos da prefeitura do Rio no sistema de BRT desde quando reassumiu as operações da modalidade de transporte.

“Os recursos obtidos vão nos permitir promover investimentos em prol dos objetivos estratégicos da cidade, como o transporte, uma área muito importante para toda a população e que estava abandonada.

Com a nova operação de crédito, vamos conseguir entregar ainda mais ônibus para o BRT, e consequentemente, mais qualidade de vida para todos”, disse o prefeito Eduardo Paes.

“Estamos mostrando que o Brasil está sendo governado com muita cidadania, com muita democracia e sem importar quem é o prefeito e sua coloração partidária. O que importa é se aquele benefício vai ajudar a cidade, como fizemos agora com Rio de Janeiro ao lado do prefeito Eduardo Paes (PSD)”, disse Lula, por meio do X.

Além de Lula e Paes, a cerimônia contou com a presença do ministro da Casa Civil, Rui Costa, do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, do presidente da CAIXA, Carlos Vieira, e da presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros.

IMIGRANTES

Cientistas refugiados desenvolvem pesquisa no Rio de Janeiro

Há em torno de 1,5 milhão de imigrantes no Brasil, sendo que cerca de 700 mil, de 163 nacionalidades, são refugiados ou solicitantes de refúgio. Neste mês de junho, que abriga o Dia Mundial do Refugiado (20/6), a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj), vinculada à Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação anuncia que, no próximo mês, lançará a segunda edição do edital para pesquisadores de zona de conflitos.

Em homenagem ao falecido físico e professor emérito da Coppe/UFRJ, o programa Luiz Pinguelli Rosa de Mobilidade e Instalação de Pesquisadores Originários de Regiões em Conflito em Instituições de Ciência e Tecnologia trouxe ao estado nove cientistas de zonas de conflito. Entre os quais, cientistas da Ucrânia, Rússia, Irã e Síria.

Com investimentos de mais de R\$ 10 milhões, a iniciativa pioneira da Faperj, ofertou a cada um dos estrangeiros uma bolsa mensal no valor de R\$ 9 mil por até 12 meses; passagens de ida e volta; seguro viagem e um auxílio à pesquisa para o pesquisador-anfitrião, totalizando, no máximo, R\$ 200 mil. Os projetos aprovados contemplaram áreas como as Engenharias, Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra e Ciências Agrárias em instituições como UFRJ, UFF, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, PUC-Rio, Inmetro e o Instituto de Matemática Pura e Aplicada.

O russo Vladimir Alexandrovich Mironov foi um dos contemplados. Orientado pelo pesquisador José Granjeiro, do Inmetro, o projeto dele é na área de bioimpressão de 3D de cartilagem humana.

Cientistas sírios – As aplicações bioativas do resíduo da filagem de peixes, especial-

mente, a pele de tilápias, foi alvo de estudo do bolsista sírio, Siraj Salman Mohammad. Na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, o sírio analisa os efeitos antimicrobiano e anti-inflamatórios da pele de tilápias.

“O produto obtido apresentou 130% do efeito anti-inflamatório do medicamento disponível. Ou seja, 30% acima do produto comercial. Isso tudo a partir de um resíduo”, explica José Barbosa de Lucena, seu anfitrião.

Vindo também da Síria, Mohammad Al Abed trabalha no Instituto de Geociências da Universidade Federal Fluminense com mapeamento da degradação do solo em Cachoeiras de Macacu, Maricá, Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia. Nesses locais, utilizam uma metodologia de imagens de satélite e drones para identificar as áreas não afetadas e as áreas afetadas por erosão.

Para a coordenadora da Assessoria de Relações Internacionais da Faperj, Vânia Paschoalin, este edital trouxe a possibilidade a pesquisadores qualificados e produtivos darem continuidade de seus trabalhos em áreas de fronteira do conhecimento. Originários de regiões conflituadas, estavam impedidos de desenvolver com plenitude pesquisas em seus países de origem.

“Nesta primeira edição do programa Luís Pinguelli Rosa, os pesquisadores contemplados com as bolsas de mobilidade e instalação vieram de países que enfrentam conflitos históricos, e encontraram parceiros científicos nas diferentes ICTs do Estado do Rio de Janeiro, e juntos, estão desenvolvendo ciência de qualidade e inovação tecnológica em diversas áreas do conhecimento, a serviço da melhoria da vida da sociedade fluminense”, afirma Paschoalin.

MECA

577 muçulmanos morrem de calor em peregrinação

Até menos 577 peregrinos morreram durante o hajj, a grande peregrinação muçulmana à Meca, que este ano aconteceu sob temperaturas extremas, segundo informes de diplomatas na Arábia Saudita levantados pela agência de notícias AFP.

A peregrinação teve início na sexta-feira passada, e ao menos 323 falecidos são egípcios, que morreram por doenças provocadas pelo calor, exceto um que faleceu por conta de feridas sofridas em uma dispersão desordenada entre a multidão, afirmou um dos diplomatas. O balanço disponibilizado é do necrotério do hospital de bairro Al-

Muaiseim da cidade saudita.

Também foram registradas as mortes de 60 pessoas da Jordânia. No balanço, a AFP também considerou os falecimentos de peregrinos da Tunísia, Indonésia, Irã e Senegal.

O resumo não informa se as mortes aconteceram depois do início oficial do hajj, ou se já tinham sido registrados falecimentos antes, entre os peregrinos que chegaram com antecedência ao local.

O sol escaldante e o clima quente foram implacáveis na terça-feira, 18, com temperaturas previstas de até 47 graus Celsius em Meca e nos locais sagrados dentro e ao redor da cidade,

segundo o Centro Nacional de Meteorologia da Arábia Saudita. Muitos peregrinos, em especial os idosos, desmaiaram e precisaram de assistência médica por causa do calor.

MEDIDAS

Autoridades sauditas anunciaram que usaram sprays de névoa de água para resfriar o ar e forneceram água, guarda-chuvas e transporte com ar-condicionado para os peregrinos.

Na peregrinação do ano passado, morreram ao menos 240 peregrinos, em sua maioria cidadãos previstos de até 47 graus Celsius em Meca e nos locais sagrados dentro e ao redor da cidade,

o hajj é um dos cinco pilares do islã e os muçulmanos que

podem devem fazê-lo pelo menos uma vez em sua vida. É uma fonte de prestígio e legitimidade para a Arábia Saudita, cujo rei leva o título de “Guardião das duas mesquitas sagradas” de Meca e Medina. Neste ano, o hajj atraiu cerca de 1,8 milhão de peregrinos, incluindo 1,6 milhão do exterior, de acordo com as autoridades sauditas.

Os vistos para Meca são autorizados pela Arábia Saudita seguindo um sistema de cotas por país. Muitos muçulmanos com poucos recursos conseguem chegar ao local, mas não tem acesso às instalações climatizadas para atenuar os efeitos do calor.

ORIENTE MÉDIO

Israel e Hezbollah aumentam tensão e podem escalar conflito

As tensões escalaram na fronteira entre Israel e Líbano, após forças armadas israelenses aprovarem plano para possível invasão ao Líbano e o grupo paramilitar Hezbollah anunciar que drones estão sobrevoando o norte israelense e têm informações de locais estratégicos. O combate, já presente, pode aumentar em escala dos recentes acontecimentos na fronteira.

As tensões entre as forças acontecem desde 7 de outubro, quando o Hamas atacou Israel e o Hezbollah apoiou tropas do grupo terrorista palestino. Por

mais que o conflito esteja em pequena escala, ambos os lados parecem querer aumentar o conflito. Um dos últimos acontecimentos foi o abatimento de três soldados do grupo paramilitar por jatos israelenses em batalha aérea.

A aprovação de planos operacionais para uma ofensiva no Líbano pelo exército israelense é “parte dos esforços para enviar uma mensagem ao Hezbollah para reduzir seus ataques e mostrar disposição para avançar para algum tipo de acordo”, disse Yossi Kuperwasser, ex-chefe de

pesquisa da inteligência militar israelense.

Mas o escalada das tensões preocupam os Estados Unidos, que estão buscando, por meio do enviado especial Amos Hochstein, um cessar-fogo entre Israel e Hamas. Hochstein se reuniu na segunda-feira com o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, antes de ir para o Líbano, onde se reunirá com autoridades de alto escalão do governo.

Parte do esforço diplomático americano tem como objetivo apaziguar outro ponto das ten-

sões, devido a um ataque israelense ao sul do Líbano, na última semana, que matou Taleb Sami Abdullah, um dos membros mais velhos do Hezbollah. O bombardeio gerou retaliação com o envio de mísseis e drone para o norte de Israel.

O conflito gerou a morte de pelo menos 338 soldados do Hezbollah e cerca de 95 civis libaneses, enquanto foram mortos pelo menos 17 soldados e nove civis israelenses. Os números são baixos se comparados ao total de vítimas do conflito entre Israel e Hamas.

REINO UNIDO

Guarda-costas do premiê é preso por aposta sobre a data das eleições

Um dos guarda-costas do primeiro-ministro do Reino Unido, Rishi Sunak, foi preso nesta semana por supostas apostas na data das eleições britânicas um dia antes do anúncio oficial. Este é o segundo caso de alegação de apostas na data das eleições nesta campanha eleitoral - em paralelo, um assessor de Sunak admitiu que estava sendo investigado pelo mesmo motivo.

A Polícia Metropolitana disse nesta quarta-feira, 19, que um policial do Comando de Realidade e Proteção Especializada foi preso na segunda-feira passada, por suspeita de má conduta em cargo público.

A prisão ocorreu depois que a Comissão de Jogos entrou em contato com a força. A comissão, que regula a indústria do

jogo, confirmou que estava investigando “a possibilidade de infrações relativas à data da eleição”.

Sunak anunciou em 22 de maio que uma eleição para o Parlamento seria realizada em 4 de julho. A data havia sido um segredo muito bem guardado e o anúncio pegou muitas pessoas no Partido Conservador, de Sunak, de surpresa. A maioria pensava que a eleição seria realizada em meados do segundo semestre.

As apostas são uma atividade popular no Reino Unido, com casas de apostas oferecendo possibilidades em tudo, desde esportes até eleições e vencedores de prêmios literários. Trapaçar agindo com base em informações privilegiadas é uma

ofensa criminal.

O policial preso foi libertado sob fiança enquanto se aguarda novas investigações e foi afastado do serviço enquanto a investigação da polícia é feita. O oficial não foi identificado. A polícia britânica geralmente não identifica os suspeitos até que sejam acusados.

Na semana passada, o assessor de Sunak, Craig Williams, que está concorrendo à reeleição para o Parlamento, reconheceu que estava sendo investigado pela Gambling Commission por fazer uma aposta de 100 libras (cerca de R\$ 694) na data das eleições de julho apenas três dias antes de o primeiro-ministro anunciar a data.

Segundo o jornal britânico *The Guardian*, a Comissão de Jo-

gos do Reino Unido pediu às casas de apostas que revisassem todas as apostas feitas nas eleições de julho, depois de ter sido sinalizado que Williams havia feito a aposta na data da votação.

Williams disse que o regulador estava fazendo “algumas investigações de rotina e confirmo que cooperarei totalmente com elas”. “Não quero ser uma distração da campanha, deveria ter pensado em como seria”, disse ele.

Para que o ato seja configurado um crime em território britânico, o suspeito deve ser um funcionário público, a aposta ter ocorrido no exercício das suas funções e ação precisa ter sido intencional, realizada propositalmente e em um grau que constitua um abuso da confiança do público no titular do cargo.

Nota

MEMBROS DE FAMÍLIA SÃO JULGADOS POR TRÁFICO DE PESSOAS

Quatro membros da família Hinduja - a mais rica do Reino Unido - estão sendo julgados na Suíça sob acusação de exploração e tráfico de pessoas, envolvendo a “importação” de seus empregados domésticos da Índia. As informações são da BBC. Segundo a emissora britânica, a alegação é de que Prakash e Kamal Hinduja, seu filho Ajay e sua esposa Namrata, teriam confiscado os passaportes dos funcionários e tirado a liberdade de empregados saírem de casa sem autorização no bairro nobre de Cologny, em Genebra.

RÚSSIA

Soldado dos EUA é condenado a quase quatro anos de prisão

KATHARINA CRUZ/AE

Um tribunal de Vladivostok, no extremo leste da Rússia, condenou ontem, o soldado norte-americano Gordon Black a três anos e nove meses de prisão, sob as acusações de roubo e de ameaçar matar a namorada, informaram agências de notícias estatais. Com a sentença, o soldado de 34 anos deve cumprir pena em uma colônia penal, mas ele já afirmou que irá recorrer. As informações são da BBC.

Segundo a emissora britâni-

ca, o sargento Black foi preso em maio deste ano e se declarou inocente das acusações de ameaça de assassinato, mas admitiu que era “parcialmente” culpado de lhe roubar 10 mil rublos (cerca de R\$ 646,17). Os promotores pediram que ele fosse preso por quatro anos e oito meses, enquanto sua defesa pediu que ele fosse absolvido.

A BBC afirma que Gordon Black se alistou como soldado de infantaria em 2008, foi destacado para o Iraque em 2009 e para o Afeganistão em 2013 e, mais recentemente, foi designa-

do para o Oitavo Exército das Forças dos Estados Unidos na Coreia do Sul, em Camp Humphreys - onde, segundo autoridades americanas, ele conheceu a sua namorada.

De acordo com a BBC, não há provas de que o sargento pretendesse permanecer na Rússia. O exército dos EUA declarou que Black não solicitou autorização oficial e o Departamento de Defesa não autorizou sua viagem à Rússia ou à China, para onde ele viajou primeiro no caminho de volta da Coreia do Sul.